

LAZER: NECESSIDADE HUMANA E DIMENSÃO DA CULTURA¹

Christianne Luce Gomes²

Universidade Federal de Minas Gerais/CNPq/Fapemig
Grupo de Pesquisa Otium – Lazer, Brasil & América Latina
Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil

RESUMO: O objetivo deste artigo é discutir duas abordagens teórico-conceituais do lazer. A primeira delas foi sistematizada no decorrer do século XX por autores de diferentes nacionalidades, principalmente euro-americanos e é considerada hegemônica por entender o lazer como contraponto do trabalho. A outra abordagem, ainda incipiente nos estudos sobre a temática, concebe o lazer como necessidade humana e dimensão da cultura constituída na articulação de três elementos fundamentais: a ludicidade, as manifestações culturais e o tempo/espaço social. Enquanto uma necessidade humana fundamental, o lazer pode ser satisfeito de múltiplas formas, segundo os valores e interesses dos sujeitos, grupos e instituições em cada contexto histórico, social e cultural. Assim, o lazer é uma prática social complexa que abarca uma multiplicidade de vivências culturais lúdicas contextualizadas e historicamente situadas. As discussões são finalizadas ressaltando a importância de considerar o lazer numa perspectiva contra-hegemônica e transformacional.

Palavras-chave: Lazer. Trabalho. Conceitos. Necessidade humana. Cultura.

LEISURE: HUMAN NEED AND DIMENSION OF CULTURE

ABSTRACT: The purpose of this article is to discuss two theoretical and conceptual approaches of leisure. The first was systematized during the twentieth century by authors of different nationalities, mainly European and Americans. It is considered the hegemonic understand because leisure as opposed to work. The other approach, incipient in studies on the subject, sees leisure as human need and dimension of culture. This concept of leisure consists in the articulation of three fundamental elements: playfulness, cultural manifestations and social time / space. While a fundamental human need, leisure can be satisfied in multiple ways, according to the values and interests of individuals, groups and institutions in every historical, social and cultural context. Thus, leisure is a complex social practice that encompasses a multitude of

¹ Os fundamentos teórico-conceituais do lazer sistematizados neste artigo estão em construção e são decorrentes de pesquisas realizadas nos últimos anos com o apoio do CNPq e FAPEMIG, e também dos debates empreendidos no Grupo de pesquisa Otium – Lazer, Brasil & América Latina (UFMG/CNPq) <<http://grupootium.wordpress.com>>. Algumas das ideias aqui desenvolvidas já estão contidas em outras publicações, tais como Gomes (2004; 2011) e Gomes; Elizalde (2012). Agradeço especialmente a Denise Falcão, Edwaldo Sérgio dos Anjos Júnior, Iris da Silva e Rodrigo Elizalde pelas contribuições para o aprimoramento deste texto.

² Professora do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em Educação, com Pós-doutorado em Ciências Políticas e Sociais. Pesquisadora da Fapemig (PPM), bolsista DTI-A do CNPq e Líder do Grupo de pesquisa Otium (UFMG/CNPq).

cultural and ludic experiences contextualized and historically situated. The discussions are finalized highlighting the importance of considering a counter-hegemonic leisure and transformational perspective.

Keywords: Leisure. Work. Concepts. Culture. Human Need.

OCIO: NECESIDAD HUMANA Y DIMENSIÓN DE LA CULTURA

RESUMEN: El propósito de este artículo es discutir dos enfoques teóricos y conceptuales de ocio. El primero fue sistematizado en el siglo XX por autores de diversas nacionalidades, principalmente europeos y norteamericanos. Este abordaje es considerado hegemónico por entender el ocio como algo opuesto al trabajo. El otro enfoque, aún incipiente sobre el tema, ve el ocio como necesidad y como una dimensión de la cultura que se constituye en la articulación de tres elementos fundamentales: la ludicidad, las manifestaciones culturales y el tiempo/espacio social. El ocio, concebido como una necesidad humana fundamental, puede ser satisfecho de múltiples maneras, de acuerdo a los valores e intereses de los individuos, grupos e instituciones en cada contexto histórico, social y cultural. Por lo tanto, el ocio es una práctica social compleja que abarca una multitud de experiencias lúdicas y culturales contextualizadas e históricamente situadas. Las discusiones son finalizadas destacando la importancia de considerar el ocio por medio de una perspectiva contrahegemónica y transformacional.

Palabras-clave: Ocio. Trabajo. Conceptos. Necesidad humana. Cultura.

Considerações iniciais

Este texto propõe uma discussão sobre duas abordagens teórico-conceituais do lazer. A primeira delas, sistematizada no decorrer do século XX, é aqui considerada hegemônica por entender o lazer como uma esfera da vida social oposta ao trabalho, como um tempo livre/liberado de variadas obrigações ou como uma ocupação do tempo livre. A outra abordagem, ainda incipiente nos estudos sobre a temática, concebe o lazer como necessidade humana e dimensão da cultura.

Inicialmente, ao longo da primeira parte deste trabalho, são empreendidas reflexões sobre as lógicas ocidentais hegemônicas próprias das sociedades neoliberais capitalistas que fundamentam e conceituam o lazer como contraponto do trabalho. Estariam essas lógicas reforçando uma relação dicotômica nos estudos desenvolvidos sobre a temática do lazer? Por que isso acontece? Até que ponto a compreensão de lazer como uma esfera oposta ao trabalho contemplaria as dinâmicas que marcam a vida coletiva em diferentes âmbitos e contextos neste século XXI?

Acolhendo outras perspectivas de análise, a segunda parte do texto problematiza o lazer como necessidade humana e dimensão da cultura. Em que consistiria essa compreensão? Será que o lazer pode ser concebido como uma necessidade humana fundamental? Por quê? De que maneira essa necessidade poderia ser satisfeita em

diferentes contextos, e quais interfaces guardaria com a cultura? Essas são algumas das indagações que mobilizaram as discussões empreendidas neste artigo.

Repensando o entendimento de lazer como contraponto do trabalho

No decorrer do século XX alguns autores norte-americanos e europeus formularam teorias e conceitos sobre o lazer, como, por exemplo, Max Kaplan e Sebastian De Grazia nos Estados Unidos, Stanley Parker e Ken Roberts na Inglaterra e Jean Fourastié e Joffre Dumazedier na França. De acordo com esse último autor, foi “preciso esperar os anos 1920-1930 para ver, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, os primeiros estudos da sociologia empírica do lazer propriamente dita” (DUMAZEDIER, 1976, p.21). Digno de nota é que boa parte dessa produção teórica confere uma posição destacada ao trabalho, categoria que mobilizou análises sociológicas e tornou-se uma referência básica e determinante para os estudos do lazer no Ocidente.

Tendo como pano de fundo as antigas sociedades greco-romanas ou as modernas sociedades urbano-industriais (notadamente capitalistas), o lazer constituiu um objeto de reflexões sociológicas e passou a ser considerado por vários autores como uma esfera típica do tempo de “não trabalho”. Esse entendimento fica mais notório quando se leva em conta as transformações geradas em decorrência de um processo cujo ápice se deu na Inglaterra no século XIX: a Revolução Industrial. De fato, as transformações desencadeadas nesse contexto histórico-social foram determinantes para as novas configurações assumidas, nos centros urbanizados, pelo trabalho, pela economia, pela política, pela educação e pela saúde, entre outros campos, impactando também as tradicionais noções de espaço e de tempo até então vigentes.

O lazer, obviamente, fez parte desse processo. Devido às características que tradicionalmente lhe são atribuídas, tais como improdutividade, liberdade e prazer, o lazer foi circunscrito ao chamado “tempo livre”, passando a ser assimilado como contraponto do trabalho. No decurso de todo o século XX, esses postulados influenciaram os conhecimentos sobre o lazer difundidos nas sociedades ocidentais, permanecendo vigentes até mesmo nos dias atuais.

Contudo, essa interpretação revela um olhar eurocêntrico³ na medida em que a Europa, com suas práticas e instituições, é considerada imprescindível e determinante para o suposto “surgimento” universal do lazer (GOMES, 2011). Ora, o que surgiu na

³ O eurocentrismo foi construído como um discurso ideológico que possibilitou aos países imperialistas ocupar posições hegemônicas no âmbito mundial e naturalizar relações de hierarquia e de poder geradas por práticas colonialistas e racistas. A crítica ao eurocentrismo não é dirigida especificamente à Europa ou aos europeus, e sim à relação histórica e socialmente opressiva entre a hegemonia europeia e seus “outros”, sejam eles internos ou externos, pois em todo Norte geopolítico há um Sul, e vice-versa. Como o pensamento eurocêntrico é um discurso social e historicamente situado, os europeus também podem ser anti-eurocênicos, assim como os não europeus podem perpetuar o eurocentrismo (SHOHAT; STAM, 2006).

Europa no século XIX foi o conceito de lazer como antítese do trabalho industrial capitalista. Tal compreensão foi amplamente enfatizada por Dumazedier (1976), que considerava que o lazer foi gerado em decorrência do desenvolvimento tecnológico e, justamente por isso, é um produto da sociedade moderna urbano-industrial. Para esse autor, o lazer corresponde à uma liberação periódica de tempo no fim do dia, da semana, do ano e do próprio trabalho, quando se alcança a aposentadoria.

Seguindo esses parâmetros, a existência do lazer estaria condicionada ao trabalho e aos usos do tempo livre em contextos urbanos e industrializados, os quais são fortemente marcados pela fragmentação do tempo e do espaço. Esse é um olhar possível para se compreender o lazer e, embora seja hegemônico, não é o único. Sem contar que essa compreensão dicotomizada colabora com a manutenção de uma lógica evolutiva e linear que pretende definir os tempos, as histórias, as culturas, os saberes e as práticas de todas as realidades e de todos os povos que, por sua vez, devem almejar o modelo ocidental – urbano, industrial e capitalista – como o ideal de progresso a ser alcançado (GOMES, 2011).

Torna-se imprescindível, pois, repensar e superar a crença de que existe uma história única e universal do lazer e apenas um conceito a ser legitimado. Afinal, um conceito não é o fenômeno, é somente uma representação da realidade que se pretende designar. A formação de conceitos é um processo que corresponde ao movimento do pensamento e envolve a utilização de determinadas palavras, a abstração de características e o exercício de simbolizações e sínteses. Por isso, é essencial reconhecer que (GOMES; ELIZALDE, 2010):

- Os conceitos são representações da realidade material/imaterial;
- Os conceitos são como um mapa. Por isso, eles não podem ser assimilados como se fossem o próprio território que representam;
- Os conceitos precisam ser contextualizados porque não são universais;
- Os conceitos são dinâmicos e estão em um estado de inacabamento;
- Os conceitos não são neutros, tampouco totalmente objetivos;
- Um mesmo conceito pode gerar diversas interpretações.

Pelo exposto, é imprescindível ter clareza que existe uma diferença substantiva entre uma determinada prática social e os conceitos que são produzidos com a intenção de denominá-la, caracterizá-la, sistematizá-la e estudá-la. Esse exercício, apesar de relevante e indispensável, será sempre limitado e incompleto, pois a realidade concreta é muito mais complexa do que nossas interpretações e teorizações sobre ela. Mesmo que pareça ser apenas uma abstração neutra e imparcial, toda produção teórico-conceitual é política e ideológica, mas nem sempre isso é assumido e explicitado abertamente. Portanto, é necessário entender que cada conceito expressa pontos de vista particulares, condizentes com as percepções, imaginários sociais, identidades, subjetividades, visões de mundo, ideologias, projetos políticos de sociedade, construções intelectuais e modos

de intervenção que são próprios de quem elabora uma determinada compreensão de lazer.⁴

Sobre esse aspecto, é cada vez mais evidente que a compreensão de lazer como uma esfera oposta ao trabalho não vem conseguindo problematizar as complexidades e as dinâmicas que marcam as múltiplas dimensões da vida coletiva em diferentes âmbitos e contextos, notadamente neste século XXI. A oposição trabalho e lazer é cada vez mais paradoxal, pois, a flexibilização laboral (e, com ela, a precarização do trabalho), somada à gradativa divisão internacional do trabalho (que concentra a produção fabril em alguns países e regiões do mundo, especialmente na Ásia), e ao avanço tecnológico, que expandiu as fronteiras espaciais/temporais, já deixaram claro que os supostos limites entre ambos são cada vez mais tênues e difusos na vida social cotidiana. Esses são alguns dos exemplos que, inevitavelmente, indicam que algumas das categorias comumente utilizadas para conceituar o lazer precisam ser revisadas e problematizadas.

Reitera-se que as transformações processadas na Europa no decorrer do século XIX foram fundamentais para mobilizar a produção de conceitos e teorias que trataram de configurar o lazer como uma problemática social intimamente vinculada ao trabalho industrial capitalista. Ou seja: o lazer foi conceituado, estudado e pesquisado desde um ponto de vista específico. No entanto, tomada como verdade única, universal e absoluta, tal concepção negligencia não somente outros projetos políticos de sociedade, mas também outras dimensões da vida social além do trabalho produtivo.

Ademais, essa lógica dicotômica invisibiliza outras formas de perceber e interpretar as múltiplas realidades sociais coexistentes no mundo, cerceando as possibilidades de que o lazer seja compreendido, problematizado e pesquisado em distintos contextos socioculturais que apresentam particularidades e diversidades necessárias de serem reconhecidas. Nesse sentido, torna-se fundamental problematizar o entendimento hegemônico de lazer como contraponto do trabalho.

Concepções como essa obliteram as complexidades, contradições e ambiguidades do lazer, sobretudo em contextos minoritários, culminando no que Santos (2002) denomina de produção da “não existência”. Ou seja, mesmo que tenham relevância nos contextos locais, muitas experiências de lazer não necessariamente ocidentalizadas, dicotomizadas, industrializadas, urbanizadas, comercializadas e fragmentadas podem ser invisibilizadas e produzidas como “não existentes” no contexto globalizado mais amplo. Como observa o autor, isso acontece com diversos tipos de práticas sociais não hegemônicas, o que explica, pelo menos parcialmente, o estranhamento e o desconforto causado em muitos estudiosos que não reconhecem a existência do lazer em contextos minoritários, como os dos indígenas, por exemplo. É como se o lazer não pudesse existir ali porque coletividades como essa, bem como suas

⁴ “Conceito” é tratado neste artigo como equivalente a compreensão, concepção, entendimento e/ou interpretação. Essas palavras foram aqui utilizadas com significados aproximados e, do meu ponto de vista, sugerem olhares mais abertos do que o termo “definição”.

lógicas e cosmovisões, não correspondem ao modelo hegemônico de sociedade. Por certo, se ficarmos reféns dessa lógica, seguiremos invisibilizando, silenciando e marginalizando o lazer em determinados contextos.

Para Santos (2002), o processo de produção de não-existência é construído por meio de cinco estratégias: (a) monocultura do saber e do rigor do saber, onde a ciência é tratada como única possibilidade legítima de produzir conhecimento; (b) monocultura do tempo linear, na qual a história tem um sentido e direção únicos e conhecidos (progresso, modernização, desenvolvimento, globalização); (c) monocultura ou lógica da classificação social, marcada pela naturalização das diferenças, das dicotomias e hierarquias, (d) monocultura ou lógica da escala dominante, que desconsidera o particular e o local, priorizando o que assume a forma de universal e de global, e (e) monocultura dos critérios de produtividade capitalista, que rechaça tudo o que é taxado de improdutivo e estéril ou que possa ser associado com ociosidade ou preguiça.

Cabe ressaltar que a produção teórico-conceitual sobre o lazer elaborada no transcurso do século XX expressa e reforça, em muitos pontos, essas cinco monoculturas. Afinal, como foi mencionado anteriormente, autores de diferentes nacionalidades se encarregaram de tratar o lazer majoritariamente em função do trabalho produtivo, visão que foi e ainda é amplamente difundida nos estudos sobre o tema. Entretanto, esse entendimento está subjogado às lógicas ocidentais hegemônicas que são próprias das sociedades neoliberais capitalistas.

Em outras palavras, é imprescindível distinguir e relativizar uma construção conceitual ocidental que define o lazer como antítese do trabalho, como tempo livre/liberado de variadas obrigações, ou ainda como ocupação do tempo livre muitas vezes atrelada ao consumo, de outras compreensões, ainda incipientes, que destacam a importância de reconhecer que o lazer é uma prática social da vida cotidiana que precisa ser situada em cada tempo/espaço social, e que, justamente por isso, integra diferentes culturas.

Embora as diferentes concepções possam ser vistas como tentativas de se compreender o lazer, tratá-lo como se sua existência fosse possível somente nos “modernos” centros urbanos e industrializados, e em oposição ao trabalho, pode ser indício do alcance de um modelo civilizatório que utiliza a colonialidade do poder⁵ e a colonialidade do saber⁶ como estratégias de dominação cultural.

⁵ A colonialidade refere-se à incorporação de uma lógica cultural onde, supostamente, alguns são superiores e outros são inferiores, perpetuando uma condição de subalternidade herdada do colonialismo. A colonialidade do poder ocorre pela via da divisão social do trabalho e da classificação étnico-racial da população do mundo em brancos, índios, negros, mestiços, amarelos, etc. Como o padrão de poder capitalista opera nos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas da existência social, afirma-se uma concepção que classifica os sujeitos em primitivos ou civilizados, irracionais ou racionais, tradicionais ou modernos, como discute Quijano (2007).

⁶ A colonialidade do saber supõe a negação e invisibilização de conhecimentos não correspondentes ao “Norte” geopolítico, reproduzindo assim a lógica hegemônica. Nesse sentido, o legado histórico-cultural de povos indígenas, africanos e asiáticos é negado e invisibilizado por ser considerado irracional, atrasado e inferior. Esse processo pressupõe uma subalternização epistêmica desses sujeitos, bem como a própria negação e esquecimento dos saberes por eles produzidos (CASTRO-GÓMEZ, 2000; DUSSEL, 2000; QUIJANO, 2000).

Por isso, ao propor outras miradas sobre a temática, o próximo tópico será dedicado à compreensão do lazer como necessidade humana e dimensão da cultura.

O lazer como necessidade humana e dimensão da cultura

Como foi mencionado anteriormente, a compreensão de lazer como necessidade humana e dimensão da cultura é incipiente na produção sistematizada sobre a temática. Seguindo essa perspectiva de compreensão e análise, o que é geralmente designado como “lazer” enraíza-se na ludicidade e constitui uma prática social complexa que abarca uma multiplicidade de vivências culturais situadas em cada contexto – e não somente nas chamadas sociedades modernas, urbanizadas e industrializadas.

Apesar de serem pouco conhecidos, diferentes modos de vida continuam vigentes nos dias atuais, tais como as coletividades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e ciganas, entre várias outras que poderiam ser citadas. Nos contextos minoritários, em especial, nem sempre há uma palavra similar ao termo “lazer”, portanto encarregada de nomear as práticas sociais que são vividas, localmente, como possibilidades de desfrute sociocultural cotidiano. Mas, reconhecer o lazer unicamente por meio da existência de uma palavra ou de um conceito seria um encaminhamento restrito e insuficiente quando se considera o desafio de problematizá-lo e compreendê-lo de modo situado, isto é, levando em conta algumas das peculiaridades históricas, culturais, sociais, políticas, éticas e estéticas, entre outras, que expressam diversidades e singularidades locais. O reconhecimento dessas particularidades apresenta substanciais desafios para aqueles que buscam problematizar o lazer em diferentes realidades e perspectivas.

Assim, embora nem sempre exista uma palavra ou um conceito específico, as festas e celebrações, as práticas corporais, os jogos, as músicas, as conversações e outras experiências de sociabilidade podem assumir a feição de lazeres que têm significados e sentidos singulares para os sujeitos que as vivenciam ludicamente. Isso não quer dizer que o lazer em contextos minoritários seja ingenuamente representado como algo “puro” ou “autêntico”. Até porque, cada vez mais, ocorrem interações e, conseqüentemente, a assimilação, por parte de grupos outros, de valores, fundamentos e estratégias de ação próprias da lógica hegemônica de produção/consumo que detém grande alcance e poder de penetração pelos meios massivos de comunicação. Essas tensões se fazem presentes em distintos âmbitos e contextos, indicando a relevância de desvelar outras possibilidades para se problematizar o lazer que possam ir além do entendimento convencional – e restrito – que o define como mero apêndice do trabalho.

Nesse âmbito, compreende-se o lazer como uma necessidade humana e dimensão da cultura que constitui um campo de práticas sociais vivenciadas ludicamente pelos sujeitos, estando presente na vida cotidiana em todos os tempos, lugares e contextos (GOMES, 2011).

Porém, será que o lazer pode ser concebido como uma necessidade humana?

Medeiros (1975) foi uma autora que chamou a atenção para essa questão. Em suas publicações, ela sempre questionou as compreensões que afirmavam ser o lazer um produto da sociedade industrial e o destacou como uma necessidade básica, própria da vida humana em todos os tempos e lugares: “Sua busca constante ao longo dos séculos, e sua presença nas mais diversas culturas, revela a condição do lazer como necessidade humana básica, a pedir atenção de cada um de nós e da sociedade como um todo”. (MEDEIROS, 2004, s.p.)

Outros autores também mencionaram a premência da necessidade de lazer, mas, quase sempre, restringindo-a a circunstâncias específicas. Dumazedier (1976), por exemplo, pontuou que a necessidade de lazer está atrelada à industrialização e à urbanização. Esses processos sociais marcaram o contexto europeu no século XIX e mobilizaram reivindicações operárias pela redução da jornada de trabalho e pela ampliação do “tempo livre”. Por isso, o sociólogo francês afirmava que o lazer deixou de ser um privilégio de pessoas abastadas na medida em que correspondeu a uma liberação periódica de tempo. Libertos de obrigações profissionais, familiares e sociais, os indivíduos poderiam vivenciar um conjunto de ocupações voltadas para o descanso, divertimento ou desenvolvimento da personalidade. Por isso, o autor entende ser o lazer um fenômeno moderno cuja necessidade se acentua nas sociedades industrializadas. Construções teórico-conceituais como essa, apesar de serem interessantes e convenientes para o campo de estudos aqui considerado, não fornecem contribuições para se compreender o lazer como uma necessidade humana.

No bojo das discussões sobre as necessidades básicas, cabe mencionar a abordagem humanista que foi elaborada por Maslow (1954). Apesar de ser alvo de críticas, ainda hoje o seu modelo de motivação e personalidade é muito propagado em diferentes âmbitos. A famosa pirâmide organizada pelo psicólogo estadunidense hierarquiza as necessidades humanas em cinco níveis, segundo o grau de importância e a motivação para provê-las. Tendo como ponto de partida as necessidades fisiológicas, que integram o nível localizado na base inferior da pirâmide, cada pessoa buscaria supri-las e, quando fossem alcançadas, gradativamente o patamar mais elevado seria almejado e assim sucessivamente, seguindo uma ordem preestabelecida: necessidades fisiológicas; de segurança; de amor e pertencimento social, de estima e, finalmente, de autorrealização.

Portanto, seguindo esse modelo hierarquizado, algumas necessidades teriam prioridade sobre as demais, o que poderia justificar desigualdades sociais de vulto e até relegar o lazer a um último plano porque, nessa construção teórica, ele não figura entre as necessidades prioritárias que estão nas bases da pirâmide. É como se cada pessoa não pudesse e nem tivesse motivação de buscar a satisfação simultânea de várias necessidades, incluindo o lazer, que muitas vezes é rotulado como algo supérfluo.

Em contrapartida, a instigante letra da música “Comida”, de autoria de Arnaldo Antunes, Sérgio Brito e Marcelo Fromes, sugere uma perspectiva mais ampliada para as

necessidades humanas ao indagar: “Você tem sede de quê? Você tem fome de quê? A gente não quer só comida. A gente quer comida, diversão e arte.”

Procurando avançar a compreensão sobre as necessidades humanas, é relevante destacar que apesar de ser muito comum associá-las à subsistência, Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (1986) esclarecem que elas não se limitam a isso. As necessidades expressam uma tensão constante, que é própria dos seres humanos, entre carência e potência. Conceber as necessidades humanas somente como uma falta implica considerar, em primeira instância, o âmbito fisiológico, que é aquele em que uma necessidade assume com maior força e clareza a sensação de carência ou falta de algo. No entanto, as necessidades são também potencialidades na medida em que comprometem, motivam e mobilizam as pessoas para satisfazê-las por meio das práticas sociais constituídas em cada cultura.

De acordo com os autores, as necessidades humanas são finitas e o que varia de uma cultura para outra e de acordo com o contexto histórico são as formas de satisfazê-las; essas sim, é que são infinitas. Em outras palavras, o que está culturalmente determinado não são as necessidades humanas fundamentais, mas, os modos como elas são satisfeitas.

De acordo com essa sistematização, as necessidades humanas podem ser entendidas segundo “categorias existenciais” (ser, ter, fazer, estar) e “categorias axiológicas” (subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, lazer, criação, identidade e liberdade). Toda necessidade humana não satisfeita adequadamente gera uma pobreza. Como esta não se limita ao campo material, é importante tratar de pobreza, no plural. Tem-se, assim, a pobreza de afeto, de entendimento, de lazer, etc. (MAX-NEEF, ELIZALDE, HOPENHAYN, 1986).

Em suas pesquisas, Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (1986) identificaram alguns tipos de satisfatores de necessidades:

- Os satisfatores “violadores ou destrutivos” são de efeito paradoxal: ao procurar suprir uma determinada necessidade aniquilam a possibilidade de sua satisfação e impossibilitam, por seus efeitos colaterais, o adequado provimento de outras necessidades. Como exemplo, pode ser citada uma festa ou uma partida esportiva que termina em violência.
- Pelo modo como suprem excessivamente uma determinada necessidade, os “satisfatores inibidores” dificultam seriamente a possibilidade de satisfazer outras necessidades. É o caso da entrega desmedida à TV como opção de lazer passivo, consumista, a-crítico e alienante.
- Os “pseudo-satisfatores” estimulam uma falsa sensação de satisfação de uma necessidade. Pode ser citada, nesse caso, a crença de que a necessidade de lazer seria suprida com a compra de mercadorias, bem como o desenvolvimento de programas recreativos assistencialistas ou massivos sem participação efetiva dos participantes.

Essas possibilidades indicam que a necessidade de lazer, ao não ser adequadamente satisfeita, fica empobrecida e seriamente comprometida.

- “Satisfatores singulares”, por sua vez, são aqueles que apontam para a satisfação de uma única necessidade, como praticar atividade físico-esportiva vislumbrando apenas uma finalidade ou realizar uma atividade de lazer somente para entreter ou passar o tempo. Essa perspectiva singular não é problemática, mas não leva em conta a possibilidade de contemplar outras necessidades conjuntamente.

- Por fim, os “satisfatores sinérgicos” são aqueles que, pela forma como satisfazem uma determinada necessidade, por sua vez estimulam e contribuem com a satisfação simultânea de outras necessidades, o que é salutar e interessante (MAX-NEEF, ELIZALDE, HOPENHAYN, 1986). Podem ser citadas as possibilidades de lazer crítico, criativo, inovador, participativo, etc., que estimulem a satisfação de várias necessidades ao mesmo tempo.

Em suma, as necessidades humanas fundamentais podem ser satisfeitas de diferentes maneiras e dizem respeito a âmbitos distintos, podendo ser dimensionadas nas seguintes categorias: subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, criação, identidade, liberdade e lazer. O que significa, pois, compreender o lazer como uma necessidade humana?

Do meu ponto de vista, o lazer representa a necessidade de fruir, ludicamente, as incontáveis práticas sociais constituídas culturalmente. Essa necessidade concretiza-se na ludicidade e pode ser satisfeita de múltiplas formas, segundo os valores e interesses dos sujeitos, grupos e instituições em cada contexto histórico, social e cultural. Por isso, o lazer precisa ser tratado como um fenômeno social, político, cultural e historicamente situado.

Como destacam Gomes e Faria (2005), o lazer integra o campo das práticas humanas e pode ser visto como um emaranhado de sentidos e significados dialeticamente partilhados nas construções subjetivas e objetivas dos sujeitos, em diferentes contextos de práticas culturais, sociais e educativas. Assim, o lazer participa da complexa trama histórico-social própria de cada realidade e representa um dos fios tecidos, culturalmente, na rede humana de significados, símbolos e significações.⁷

Concebido enquanto uma produção cultural humana, o lazer constitui relações dialógicas com a educação, com o trabalho, com a política, com a economia, com a linguagem e com a arte, entre outras dimensões da vida social, sendo parte integrante e constitutiva de cada coletividade. Nesse sentido, o lazer pode e deve dialogar com o trabalho, mas não de uma forma binária, que exclua outros fenômenos sociais; tampouco o binômio lazer-trabalho seria o mais importante a ser contemplado na produção teórico-conceitual sobre a temática. Pelo contrário, as lógicas, por serem plurais, fomentam

⁷ Cultura é uma palavra polissêmica e, por isso, é compreendida a partir de diferentes perspectivas, especialmente nos últimos anos. Muitas são as abordagens e as correntes teóricas que desenvolvem fundamentos sobre a temática, mas, neste texto a cultura é entendida como produção humana e como dimensão simbólica na qual o significado é central (GEERTZ, 2001; SAHLINS, 2003; HALL *et al*, 2003).

relações dialógicas várias, múltiplas e diversas, importantes de serem situadas nos contextos em que vigoram.

Nesse sentido, o lazer é permeado de conflitos, tensões, contradições e complexidades, possibilitando a coexistência de lógicas distintas. Sua trama cultural evidencia que é tempo/espço de manifestação do tradicional e da novidade, de conformismo e de resistência. Sua ambiguidade indica que ora é mera reprodução da ordem social, ora produtor do novo (GOMES, FARIA, 2005).

Em face dessas considerações, o lazer pode ser compreendido como uma necessidade humana e como dimensão da cultura caracterizada pela vivência lúdica de manifestações culturais no tempo/espço social (GOMES, 2011). Desse ponto de vista, o lazer constitui-se na articulação de três elementos fundamentais: a ludicidade, as manifestações culturais e o tempo/espço social.

- Ludicidade

A palavra “ludicidade”, geralmente, é associada à infância e tratada como sinônimo de determinadas manifestações da cultura, principalmente de jogo. Essa interpretação pode ser ampliada a partir da compreensão de ludicidade como inerente à condição humana, pois as práticas culturais não são lúdicas por si mesmas: elas são construídas na interação do sujeito com a experiência vivida.

A ludicidade se refere à capacidade do *homo ludens* – em sua essência cultural brincante – de elaborar, apreender e expressar significados. Segundo Debortoli (2002), a ludicidade é uma possibilidade de expressão do sujeito criador, que se torna capaz de dar significado à sua existência, ressignificar e transformar o mundo.

Enquanto narrativa, a ludicidade pode se manifestar de diversas formas (gestual, verbal, impressa, visual, artística, etc.) e ocorrer em todos os momentos da vida. Nesse processo de enunciação e atividade constitutiva⁸, a ludicidade é construída culturalmente e cerceada por vários fatores, tais como normas políticas e sociais, princípios morais, regras educacionais, condições concretas de existência. Reflete, assim, as tradições, os valores, os costumes e as contradições presentes em cada cultura.

Desse modo, a ludicidade estimula os sentidos, exercita o simbólico e exalta as emoções, mesclando alegria e angústia, relaxamento e tensão, prazer e conflito, regozijo e frustração, liberdade e concessão, entrega, renúncia e deleite. Esses aspectos acabam perpassando os lazes vividos pelos sujeitos ao longo de suas vidas. Por isso, a ludicidade pressupõe a valorização estética e a apropriação expressiva do processo vivido, e não apenas do produto alcançado (GOMES, 2004). Mesmo quando não se obtém o resultado almejado, como, por exemplo, torcer ou integrar uma equipe que não alcança a vitória almejada, a ideia prevalecente é de que a experiência valeu a pena,

⁸ Enunciação é o produto da interação entre pessoas socialmente organizadas e supõe o diálogo como um de seus elementos principais. A linguagem relaciona-se com uma tomada de posição a respeito do que é dito e compreendido, de maneira que o sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto. Por isso, a linguagem é também uma atividade constitutiva (BAKHTIN, 1979).

sendo mantido o desejo de repeti-la, de conquistar novos desafios e de ampliar as oportunidades para o lazer.

- Manifestações culturais

Nossas realidades evidenciam que as manifestações culturais que constituem o lazer são práticas sociais vivenciadas como desfrute e como fruição da cultura. Podem ser ressaltadas, por exemplo, as festas, os jogos, as brincadeiras, os passeios, as viagens, as diversas práticas corporais, as danças, os espetáculos, o teatro, a música, o cinema, a pintura, o desenho, a escultura, o artesanato, a literatura e a poesia, a virtualidade e as diversões eletrônicas, entre incontáveis possibilidades. Esses e outros lazeres detêm significados singulares para os sujeitos que os vivenciam, ludicamente, no tempo/espaço social, contemplando interações locais/globais.

O lazer compreende, ainda, práticas culturais mais voltadas para as possibilidades introspectivas, tais como a meditação, a contemplação e o relaxamento, pois elas podem constituir notáveis experiências de lazer devido ao seu interessante potencial reflexivo. Certamente, muitas possibilidades como essas são alvo de preconceitos porque elas afrontam a lógica produtivista que impera em nossas realidades desde o advento da Revolução Industrial comprometida com o modo capitalista de produção, momento a partir do qual o ócio passou a ser classificado como improdutivo e como uma perda de tempo (GOMES, 2010).

As manifestações culturais vivenciadas ludicamente são, assim, práticas que podem assumir múltiplos significados: ao serem concretizadas em um determinado tempo/espaço social, ao dialogarem com uma determinada conjuntura e, também, ao assumirem um papel peculiar para os sujeitos, para os grupos sociais, para as instituições e para as coletividades que as vivenciam histórica, social e culturalmente.

- Tempo/espaço social

As discussões teórico-conceituais comprometidas com a ampliação dos olhares sobre o lazer salientam a relevância de problematizar as representações abstratas das categorias tempo e espaço. Santos (1980, p.206) assinala que não é possível definir os acontecimentos históricos e espaciais “fora de suas próprias determinações ou sem levar em conta a totalidade da qual eles emanam e que eles reproduzem”. O autor conclui que o espaço social não pode ser explicado sem o tempo social, e vice-versa, pois essas dimensões são inseparáveis.

Tal perspectiva indica a parcialidade presente nas compreensões de lazer que negligenciam a questão da territorialidade e enfatizam o aspecto tempo, focalizando principalmente o tempo residual do trabalho produtivo ou escolar. Indica, ainda, a parcialidade das compreensões que relegam o lazer ao tempo da “não obrigatoriedade”, como se a dinâmica da vida fosse feita de momentos e de situações estanques. Os diferentes campos que compõem a nossa vida social possuem tênues fronteiras, como

destaca Morin (2000). Dessa forma, não existem fronteiras absolutas entre o trabalho e o lazer, tampouco entre este e as demais esferas da vida social (GOMES, 2004).

O tempo/espaço social é produzido, portanto, como condição de possibilidade das relações sociais e da natureza, através da qual a sociedade, ao mesmo tempo em que produz a si mesma, transforma a natureza e dela se apropria (LEFEBVRE, 2008), ou melhor, com ela interage. Assim sendo, o tempo/espaço é um produto das relações sociais e da natureza e constitui-se por aspectos objetivos, subjetivos, simbólicos, concretos e materiais, evidenciando conflitos, contradições e relações de poder.

Considerações finais

Como foi tratado neste texto, é tradicional caracterizar o lazer como um fenômeno moderno e urbano-industrial que se opõe ao trabalho e às obrigações rotineiras. Entretanto, essa compreensão precisa ser repensada porque invisibiliza, silencia e marginaliza o lazer em determinados contextos, sobretudo, nos minoritários, como os indígenas, ribeirinhos, quilombolas, ciganos e outros. Por isso, torna-se relevante desvelar outras possibilidades de se compreender o lazer.

A proposição aqui apresentada concebe o lazer como necessidade humana e dimensão da cultura que se constitui na articulação de três elementos fundamentais: a ludicidade, as manifestações culturais e o tempo/espaço social. Tal necessidade pode ser satisfeita de múltiplas formas, segundo os valores e interesses dos sujeitos, grupos e instituições em cada contexto histórico, social e cultural. Nessa linha de interpretação, o lazer é uma prática social complexa que abarca uma multiplicidade de vivências culturais lúdicas contextualizadas e historicamente situadas.

Seguindo essas premissas, muitas experiências de lazer, potencialmente, podem confrontar a colonialidade do poder e do saber. Exatamente por isso, ele pode ser contra-hegemônico. Assim, o lazer pode ser visualizado como um campo possível para desenvolver ações comprometidas com o repensar dos limites e possibilidades que marcam a nossa existência, com a superação da passividade e do conformismo e com a concretização de iniciativas voltadas para a mobilização e o engajamento social e político. Com isso, delineia-se uma perspectiva contra-hegemônica e transformacional para o lazer (ELIZALDE, 2010; GOMES, 2011; GOMES; ELIZALDE, 2012).

Como destaca Santos (2001), uma perspectiva contra-hegemônica precisa envolver um amplo conjunto de redes, iniciativas, estratégias educativas e movimentos populares engajados na compreensão e no enfrentamento das consequências econômicas, sociais e políticas do capitalismo neoliberal. Freire (1978), por sua vez, ressalva que toda prática social implica concepções de seres humanos e de mundo, as quais constituem a energia que motiva e impulsiona os sujeitos em alguma direção. Esse sujeito é capaz de sentir, pensar e agir criticamente, estando disposto a construir e a reconstruir rotas que o permitam caminhar continuamente, ainda que não seja a passos

largos, rápidos e sempre exitosos. Dessa forma, é essencial termos uma percepção crítica da realidade, com vistas a uma ação transformadora, o que também pode ser alcançado por meio do lazer.

A transformação da realidade nessa direção requer uma análise e compreensão crítica do ser humano sobre si mesmo e sobre o seu contexto, como existentes no mundo e com o mundo, deixando gravadas as suas marcas distintivas, o seu pensar, o seu criar, o seu agir e os seus valores (FREIRE, 1978). O autor enfatiza, ainda, a necessidade de superarmos as antigas dicotomias que impedem o nosso avanço. Ao pensar nas relações mente/corpo, razão/emoção, homem/mulher, branco/negro, escrito/oral, norte/sul e trabalho/lazer, por exemplo, automaticamente constata-se a situação de privilégio e supremacia do primeiro termo em detrimento do segundo, pois todos esses binômios trazem implícita uma hierarquização. Tudo isso interfere nos conhecimentos que (re)produzimos e nos lazeres que vivenciamos: seja contribuindo com a manutenção da lógica hegemônica ou, contrariamente, gerando tempos e espaços contra-hegemônicos e transformacionais.

Como salienta Elizalde (2010), o lazer contra-hegemônico e transformacional é um potencial aporte para a mudança social. Isso porque pode instigar o repensar crítico sobre o mundo em que vivemos; porque estimula a busca de alternativas sustentáveis, solidárias e participativas; porque visa a produção de novos conhecimentos comprometidos com a humanização da vida individual e coletiva, e porque desvela novas formas de desfrute do tempo/espaço social, ampliando a capacidade humana de eleger sobre o que nos afeta e de sonhar com mundos distintos.

Santos (2000) colabora com essa discussão ao enfatizar que muitas práticas culturais constituem autênticas formas de lazer popular, representativas do povo fazendo cultura e, especialmente por isso, fazendo política. Assim, lazer também é política, podendo ser revolucionário ao constituir uma ferramenta mobilizadora de mudanças sociais e pessoais.

Fazer política nesta direção implica enfrentar as causas de situações complexas como as desigualdades sociais, os conflitos armados, a marginalização, a destituição dos direitos sociais, a precarização do trabalho, o racismo, o sexismo e as distintas formas de discriminação, preconceito e violência que marcam profundamente o nosso contexto e que interferem em nossos lazeres. As bases estruturantes desses problemas precisam ser compreendidas no diálogo e interação com os requerimentos do passado, do presente e do futuro. O lazer, sendo parte integrante desse processo, pode contribuir com a (re)elaboração de valores, numa caminhada em direção à (re)construção de nossas realidades.

Em suma, enquanto necessidade humana e dimensão da cultura, o lazer pode aguçar as sensibilidades (sensibilidade que está relacionada ao plano sensorial, mas que deve ser também sensibilidade afetiva e não somente racional, artística, estética, ética, social, política, ecológica, etc.) e estimular as pessoas a refletir sobre as particularidades

que marcam cada contexto. Isso coloca em realce a importância de concretizarmos experiências de lazer coerentes com os fundamentos teórico-conceituais adotados: um desafio que precisa ser, cada vez mais, almejado por todas as pessoas interessadas em ampliar os olhares e a percepção crítica sobre essa temática.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1979.

CASTRO-GÓMEZ, S. Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la "invención del otro". In: LANDER, E. (Org.) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/castro.rtf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

DEBORTOLI, J.A.O. Linguagem: marca da presença humana no mundo. In: CARVALHO, A. *et al.* (Org.). **Desenvolvimento e aprendizagem**. Belo Horizonte: Editora UFMG/PROEX-UFMG, 2002. p.73-76.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DUSSEL, E. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, E. (Org.) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/dussel.rtf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

ELIZALDE, R. Resignificación del ocio: Aportes para un aprendizaje transformacional. **Revista Polis**, Santiago, v.9, n.25, p.437-460, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.cl/pdf/polis/v9n25/art26.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

ELIZALDE, R.; GOMES, C. Ocio y recreación en América Latina: conceptos, abordajes y posibilidades de resignificación. **Revista Polis**, Santiago, v.9, n.26. Disponível em: <<http://estudiosterritoriales.org/articulo.oa?id=30515373002>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GEERTZ, C. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GOMES, C. Ocio, recreación e interculturalidad desde el “Sur” del mundo: desafíos actuales. **Revista Polis**. Santiago, v.26, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.revistapolis.cl/polis%20final/26/art09.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

GOMES, C. L. Lazer – Concepções. In: _____. (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. p. 133-141.

_____. Estudos do Lazer e geopolítica do conhecimento. **Revista Licere**. Belo Horizonte, v.14, n.3, p.1-25, set./2011. Disponível em: <<http://www.anima.eefd.ufrj.br/licere/sumario.html?ed=29>> Acesso em: 10 jan. 2014.

GOMES, C. L.; ELIZALDE, R. **Horizontes latino-americanos do lazer/Horizontes latinoamericanos del ocio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. Disponível em: <http://grupootium.files.wordpress.com/2012/06/horizontes_latino_americanos_lazer_junho_20123.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

GOMES, A. M. R.; FARIA, E. L. **Lazer e diversidade cultural**. Brasília: SESI/DN, 2005.
HALL, S. *et al.* (Org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MASLOW, A. H. **Motivation and personality**. New York, USA: Harper & Row, 1954. Disponível em: <http://www.cra-rj.org.br/site/leitura/textos_class/traduzidos/MOTIVATIVACAO_PERSONALIDADE/index.html#/2/>. Acesso em: 10 jan. 2014.

MAX-NEEF, M.; ELIZALDE, A.; HOPENHAYN, M. Desarrollo a escala humana: una opción para el futuro. **Revista Development Dialogue**. Santiago, Chile/Uppsala, Suécia: CEP/AUR/Dag Hammarskjöld Foundation, 1986. Disponível em: <http://www.dhf.uu.se/pdffiler/86_especial.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

MEDEIROS, E. B. **Lazer: necessidade ou novidade?** Rio de Janeiro: SESC, 1975.

MEDEIROS, E. B. [Texto da “orelha” do livro]. In: GOMES, C.L. (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. [s.p.]

MORIN, E. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2000.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGUÉL, R. (Orgs.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 93-126.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (comp.). **Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos**. In: **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/quijano.rtf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

SAHLINS, M. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v.63, p.237-280, out. 2002. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia_das_ausencias_RCCS63.PDF>. Acesso em: 10 nov. 2013.

SANTOS, B. S. **Globalização: fatalidade ou utopia**. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova – da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

SANTOS, M. Lazer popular e geração de empregos. In: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO/WORLD LEISURE AND RECREATION ASSOCIATION. **Lazer numa sociedade globalizada/Leisure in a globalized society**. São Paulo: SESC/WLRA, 2000. p.31-37.

SHOHAT, E., STAM, R. **Crítica da imagem eurocêntrica**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

Endereço para correspondência

DEF/EEFFTO/UFMG - Av. Antonio Carlos 6627 – Campus UFMG, Pampulha.
Belo Horizonte, Minas Gerais. CEP. 31270-901
E-mail: chris@ufmg.br.

Recebido em:

25/03/2014

Aprovado em:

30/03/2014

